

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL  
29ª ASSEMBLÉIA GERAL  
Itaici-SP, 10 a 19 de abril de 1991

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	/ /
cod.	54000079

A PASTORAL INDIGENISTA NO LIMIAR DO 5º CENTENÁRIO

INTRODUÇÃO

Esta é a última vez que me dirijo à Assembléia Geral da CNBB na condição de Presidente do Conselho Indigenista Missionário. No próximo mês de julho encerra-se o meu segundo mandato na direção do CIMI. No período de oito anos acompanhei de perto a luta de resistência dos povos indígenas no Brasil e na América Latina, desses "povos restos" que Puebla considera "os mais pobres dentre os pobres".<sup>1</sup> Vi e partilhei também o esforço de tantos missionários que consagram sua vida ao Reino de Deus em meio aos povos indígenas. E como testemunha, portanto, que me dirijo a esta Assembléia: testemunha do desrespeito sistemático, por parte do Estado, dos direitos fundamentais dos povos indígenas, testemunha da resistência cada vez mais organizada desses povos, testemunha da dedicação abnegada dos missionários que se colocam a serviço da Causa Indígena e em virtude de seu engajamento são muitas vezes difamados, perseguidos, ameaçados ou correm risco de vida. Alguns deram até "prova de maior amor", derramando seu sangue, seguindo o exemplo do Senhor que disse: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos" (Jo 15, 13).

1- Oito anos de desrespeito aos índios: um balanço macabro.

Em 1984 denunciei nesta Assembléia que os povos indígenas são "vítimas de implementação predatória e indiscriminada de projetos econômicos, mediante a justificativa de atenderem ao desenvolvimento e à segurança nacional". No ano anterior, 13 índios haviam sido assassinados por brancos, basicamente em função da luta pela terra. Nenhum dos responsáveis por estes crimes foi punido. O repugnante refrão, sempre repetido através da história "Matar índio não dá cadeia" não perdeu sua atualidade. Afirmei também que 1983 havia sido um ano trágico para as populações indígenas devido ao número de leis e decretos que desrespeitavam os seus direitos. Naquele ano entrou em vigor o Decreto 88.118, que retirou da FUNAI a competência de definir as áreas indígenas, submetendo o processo a um Grupo de Trabalho Interministerial subordinado aos órgãos de Segurança Nacional. Pior ainda foi o Decreto 88.985, que abriu as áreas indígenas à mineração por grupos econômicos, sob o absurdo argumento de protegê-las contra os efeitos destrutivos do garimpo.

Em 1985 avaliei que "o problema crucial dos povos indígenas continua sendo o desrespeito, as invasões e a usurpação de suas terras". No balanço do ano anterior, registrei a invasão do território dos Yanomami por forças paramilitares que, utilizando fardas do Exército, dominaram a pista de pouso usada pela FUNAI na Serra de Surucucus. Acusei também a Petrobras de esbulhar as terras dos Korubo. Tornaram-se conhecidas e sempre mais preocupantes as interferências desastrosas na vida de vários povos indígenas por parte do Polonoroeste, Projeto Grande Carajás e Hidrelétricas de Balbina e Tucuruí.

Dois missionários foram assassinados naquele ano. Em 28 de abril de 1985 mataram Irmã Cleusa Rody Coelho que dedicava sua vida aos Apurinã, na Prelazia de Lábrea. A autópsia revelou que foi espancada até à morte. Todas as suas costelas estavam quebradas, seu crânio fraturado. Doou sua vida aos índios e são eles que mais frequentam seu túmulo. Três meses mais tarde, em 27 de julho de 1985, Padre Ezequiel Ramin, na Diocese do Ji-Paraná, amigo e defensor de trabalhadores e índios vítima de uma emboscada de pistoleiros. Crivado de balas tombou sobre o chão cobijado pela ganância e ambição de insaciáveis fazendeiros. Seu sangue que jorrou de dezenas de chagas e tingia a areia foi seu último e dramático grito por paz e justiça no campo.

Na Assembléia Geral da CNBB de 1986 lamentei o fracasso da chamada "Nova República", que tantas esperanças havia suscitado. Passado um ano do governo Sarney, constatávamos que ao invés de agilizar os processos de regularização das terras indígenas, esvaziava-se o departamen

<sup>1</sup>Documento de Puebla, nº 34

to de terras da FUNAI e os processos eram engavetados no Ministério do Interior. No lugar do esperado comportamento democrático, continuava o autoritarismo que teve seu maior reflexo na imposição sucessiva de cinco presidentes da FUNAI e na volta do órgão de coroneis e antigos funcionários já conhecidos por sua truculência. Em vez da garantia do usufruto, por parte dos índios, dos recursos de sua terras, assistia-se ao esbulho dos mesmos, com o aumento das pressões e invasões por mineradoras e garimpeiros. Aumentava também a violência por parte de fazendeiros, mineradores e outros empresários, vitimando os Kulina, os Rickbaktsa, os Pataxó e os Xacriabá.

Na Assembléia seguinte, em 1987, denunciei a militarização da questão indígena. Em duas reuniões mantidas com o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional e os Ministros do Interior e da Reforma Agrária, identificamos mais claramente as posturas militaristas do governo Sarney frente à política indigenista. <sup>1</sup>O Projeto Calha Norte, concebido na surdina e revelado integralmente à opinião pública apenas em outubro de 1986, passou a ser o paradigma desta política. Missionários da Consolata que trabalhavam entre os Yanomami previam então os efeitos calamitosos que a construção de pistas de pouso e instalações militares iriam causar àquele povo. Mais tarde, em nome da Segurança Nacional, o Calha Norte reduziria drasticamente as terras dos Yanomami (76,4%), dos Tikuna (41%) e de vários povos do Alto Rio Negro (59,5%).

Em 1988 chamei novamente a atenção para a violência que havia aumentado de maneira extraordinária: pelo menos 11 índios foram mortos em conflitos com grileiros e garimpeiros, no ano anterior, e em março de 1988 ocorreu a chacina de 14 Tikuna na área indígena São Leopoldo, Alto Solimões. Em 1987 dezesseis missionários foram expulsos de áreas ou formalmente proibidos de ingressar nelas. Em abril de 1987 foi assassinado o Irmão Jesuíta Vicente Cañas que, há dez anos, convivia com os Enauenê-Nauê. Interesses espúrios dos que se consideram senhores deste mundo o eliminaram, porque esta vida dedicada aos índios constituía uma ameaça às suas ambições. Terrível foi a decisão do governo de baixar mais dois decretos desastrosos para os povos indígenas. Um (nº 94.945) institucionalizou a participação do Conselho de Segurança Nacional nas instâncias de decisão dos processos de demarcação; o outro (nº 94.946) classificou os índios em "aculturados" e "não aculturados", com graves repercursões sobre os seus direitos territoriais.

O País assistia naquele período à elaboração da nova Constituição Federal e foi neste contexto que a Igreja Missionária sofreu a maior perseguição de toda a história da República. Refiro-me aos ataques desfechados ao CIMI e à CNBB através do jornal "O Estado de São Paulo". <sup>2</sup>Numa tentativa torpe de enganar os senadores e deputados, os urdidores desta sórdida campanha de difamações e calúnias queriam convencer os constituintes da existência de uma conspiração em torno da soberania do Brasil e levá-los a legislar contra os interesses dos índios. Felizmente, a verdade prevaleceu e, com ela, prevaleceram os direitos dos povos indígenas.

Na 27ª Assembléia Geral da CNBB, em 1989, tive que deplorar o fato de que os direitos dos índios, embora assegurados na nova Constituição, eram ignorados pelo governo, que continuava a aplicar os dispositivos derogados pelos constituintes. A brutalidade aumentava a cada dia. No ano anterior foram assassinados 36 índios. Chegaram-nos então as primeiras notícias graves de mortes entre os Yanomami: já começamos a registrar as vítimas fatais de sarampo e malária.

Já no ano passado, quando tratei da relação que existe entre a questão ecológica e a questão indígena, ficamos estarecidos ante a mor

1. Em 27 de novembro de 1986 e 26 de janeiro de 1987, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom José Martins da Silva e Dom Erwin Krautler, acompanhados do Secretário do CIMI, Antônio Jacó Brand, e de assessores jurídicos do CIMI, reuniram-se com altos representantes do Governo, entre os quais o General Rubens Bayma Denys, Ministro Chefe da Casa Militar e Secretário Geral do CSN, e os Ministros Ronaldo Costa Couto, do Interior, e Dante de Oliveira, da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

2. cf. "A verdadeira conspiração contra os Povos Indígenas, a Igreja e o Brasil" CNBB-CIMI, outubro 1987.

te de pelo menos 1.500 Yanomami nos dois anos anteriores, vítimas da invasão garimpeira, que depredou suas terras, poluiu os rios com lama e mercúrio, espantou a caça e os peixes, destruiu a sua agricultura e provocou diversas epidemias até hoje não suficientemente debeladas. Todo esse descalabro causou a indignação e a repugnância da sociedade em nível nacional e internacional. E o Presidente Sarney deixou o Palácio do Planalto acrescentando aos prejuízos que sua administração havia causado aos povos indígenas mais outro: revogou, ao apagar as luzes de seu governo, a já decretada demarcação das terras dos Urueu-Wau-Wau, para atender aos interesses de um deputado estadual, pretendo proprietário de seringais localizados na região. A revogação incentivou os invasores a permanecerem naquela terra indígena e lá se encontram até hoje, pon-do em risco a sobrevivência dos Urueu-Wau-Wau.

## 2. A "Política Indigenista" do Governo Collor.

Ao contrário do que ocorreu no início da "Nova República", não alimentamos nenhuma esperança de que os povos indígenas fossem tratados com mais consideração pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello. Desde o início, ficamos apreensivos e os fatos mostraram que tinhamos razão. Durante onze meses, o governo continuou praticando a política indigenista da administração anterior, com uma diferença apenas. Diante das pressões internacionais, que se avolumaram nos últimos tempos, o Palácio do Planalto inaugurou com grande estardalhaço uma "política de pirotecnia", ordenando a explosão de pistas de pouso clandestinas, construídas no território dos Yanomami, sempre com acompanhamento da televisão e de equipes de jornalistas estrangeiros. Em todo este período, os garimpeiros não deixaram de cavar e revolver aquela terra indígena em busca do metal precioso, de envenenar os rios e disseminar doenças entre a população já tão sofrida e castigada. Um relatório que acaba de ser divulgado pelo CIMI sobre a violência praticada contra os povos indígenas no ano passado, da conta de que a invasão garimpeira continua sendo a principal causa do aumento dos casos de malária, não apenas entre os Yanomami, mas também entre os Makuxi, cujas terras foram escolhidas por garimpeiros que saíram da área Yanomami, e ainda entre os Kari-puna e os Kaxarari.

Neste relatório somos novamente obrigados a denunciar o assassinato de 13 índios no ano de 1990, dez deles na Amazônia, há tempo a região campeã da violência, sendo seis no Estado de Roraima. Em quatro casos não se tem notícias até este momento, de qualquer providência oficial para apurar as mortes. Houve a prisão de apenas um assassino, mas o agressor, Manoel dos Santos, que matou dois Makuxi, não foi sequer in-diciado no inquérito instaurado pela Polícia Federal.

Ao lado destas mortes a ferro e fogo causa espanto e já virou manchete internacional a onda de suicídios entre os Guarani-Kayová e Guarani-Nhandeva de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Só no ano passado foram registrados nada menos que 31 casos. A principal causa do fenômeno é a falta de terra. Sistemáticamente expulsos de suas terras, os índios acabaram confinados em pequenas áreas e, para sobreviver, são obrigados a empregar-se como mão-de-obra em fazendas e usinas de álcool da região. Sem perspectivas de sobrevivência física e cultural, sem perspectivas de viverem como Guarani, esses índios - na maioria jovens apelam para o suicídio. Decidem assim abreviar o sofrimento num mundo que já não é de les, na busca extrema e desesperada da outra vida em que lhes é permitido viver como "Guarani". Uma maneira inusitada e pavorosa de chamar a atenção do Brasil e da humanidade.

Os povos indígenas foram vítimas também de outras formas de violência, como prisões ilegais, fome, expulsões, estupros, agressões físicas, intimidações e manifestações de preconceito. Foram 15 casos, envolvendo pelo menos 942 índios. Desses, 123 eram Tukano e Maku, expulsos da Serra do Traíra pelo Comando Militar da Amazônia. Os militares alegam que não se trata de terra indígena, mas de Área de Segurança Nacional. Na verdade, a região em questão é parte de Área Indígena Pari Cachoeira III, localizada na faixa de abrangência do Projeto Calha Norte.

Houve ainda sete casos de invasão de terra, 25 casos de violência contra o patrimônio indígena, envolvendo 14 povos, e sete casos de exploração ilegal de madeira.



Dados como estes demonstram sem sofismas ou exageros que a situação dos povos indígenas, de alguns particularmente, tem se deteriorado neste governo. Até o momento, o presidente Collor, que de acordo com a Constituição tem que concluir a demarcação de todas as áreas até 1993, não demarcou um centímetro sequer de novas terras indígenas. Homologou apenas algumas áreas, há tempo demarcadas. Tantas frases de efeito ouvimos do Presidente em defesa dos Yanomami. Na realidade, porém, ele não se dispôs até hoje a acenar com o gesto mínimo de revogar os decretos genocidas do Governo Sarney, que pulverizaram a área deste povo.

Ao lado da "política de pirotecnia" em território Yanomami, preocupa-nos também a política mistificadora do governo junto aos meios de comunicação de massa. Esta política de encobrir ou disfarçar os fatos que ocorrem na realidade cotidiana, tornar-se-á certamente ainda mais intensiva, na medida em que se aproxima a II Conferência da Nações Unidas sobre Ecologia e Desenvolvimento, a ser realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992.

Em fevereiro, finalmente, o presidente Collor começou a definir a sua própria política indigenista, baixando um pacote de decretos e criando uma comissão para adequar a legislação indigenista à Constituição de 1988. A nova política está longe de atender aos interesses dos povos indígenas. O pacote indigenista, fruto do projeto neoliberal em curso, que, em nome do combate ao déficit público, exige o corte de verbas dos setores sociais, limita-se a esvaziar, de maneira ilegal, o órgão indigenista oficial, em vez de reorganizá-lo em moldes democráticos, como os povos indígenas exigem. Simplesmente transfere uma série de atribuições que até então lhe foram conferidas por lei, para vários Ministérios e a Secretaria do Meio Ambiente. Esta descentralização, sem dúvida, vai trazer mais prejuízos aos índios, em vez de agilizar as iniciativas de proteção atribuídas anteriormente à FUNAI.

Os dados da realidade atual, de maneira resumida, são estes. Não dá mais para minimizá-los ou justificá-los com argumentos de "início de novo governo" ou "tempo demais exíguo para solucionar todos os problemas".

### 3- Iniciativas dos povos indígenas: Luzes no fim do túnel.

Não quero dar a impressão de que apenas a desgraça e a tragédia marcaram, ao longo dos últimos anos, a luta dos povos indígenas no Brasil e o nosso empenho em seu favor. É com grande entusiasmo e alegria que testemunhamos também tantas iniciativas desses povos defendendo de modo destemido sua sobrevivência e seus direitos e avançando sempre mais em sua organização.

Gostaria de destacar aqui três momentos em que os povos indígenas demonstraram que estão bem vivos. Realmente sobreviveram a quase cinco séculos de violência.

O primeiro foi a presença dos líderes indígenas em Brasília, durante o processo constituinte. Foi emocionante vê-los nos corredores do Congresso Nacional, pintados, alegres, dispostos, carregando suas armas e seus instrumentos musicais, conversando com os constituintes ao pé do ouvido, em pequenas rodas, ou apresentando e debatendo as suas reivindicações no Auditório Nereu Ramos. Posso afirmar com segurança: se eles não tivessem ido a Brasília e pressionado os deputados e senadores, certamente não teriam garantido, assim de maneira tão ampla, os seus direitos na Constituição. Lastimável é apenas que uma Constituição que em matéria de direitos indígenas é tão positiva e até exemplar comparando-a com as Constituições de outros países, quando tratam das populações aborígenes, na prática, tenha surtido tão pouco efeito.

O segundo momento foi o Encontro dos Povos Indígenas em Altamira, promovido pelos Kayapó, contra a construção da Hidrelétrica de Kararaõ. O símbolo da altivez desses povos que não se deixam dobrar, foi registrado pela televisão e chamou a atenção de todo o País e do mundo: a índia Tuíra e o seu terçado.

O terceiro momento que gostaria de recordar, foi a mobilização que reuniu 350 líderes indígenas em Brasília, em setembro de 1989, em defesa da vida dos Yanomami. A manifestação teve caráter histórico. Nunca antes, tantos povos - 76 ao todo - haviam se mobilizado desta maneira para defender o direito à vida de um povo irmão.

Acervo ISA  
Evidentemente, esses fatos não teriam acontecido se os povos indígenas não estivessem organizados em praticamente todos os Estados do Brasil. E a organização deles ocorreria com maiores dificuldades se não fosse o apoio que recebem de diversas entidades da sociedade civil, entre os quais não hesito em destacar o CIMI, que escolheu como uma das prioridades de sua ação exatamente o apoio às organizações indígenas em nível regional e nacional.

#### 4- A caminhada indígena Latino-americana

Durante estes anos de acompanhamento e serviço aos povos indígenas, o continente latino-americano se abriu para nós como um horizonte mais amplo para nossa ação. Este continente imenso, espoliado e sangrado por cinco séculos de colonialismo e por uma ordem internacional injusta, hoje vive um grande momento de ressurreição dos seus povos originários. Bartolomé de Las Casas afirmava que na conquista da Nova Espanha (o México e a América Central de hoje), já nos primeiros anos morreram mais de 20 milhões de indígenas. A história destes 500 anos é também a história deste terrível massacre que se alastrou por todo o continente, onde quer que chegasse o poder colonial. "Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde... não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% e mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população estimada em 70 milhões de seres humanos. (...) Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a esta Hecatombe".<sup>1</sup> Neste século, a dominação e a morte continuaram sob as formas que conhecemos e denunciámos insistentemente a partir da nossa convivência e da nossa missão junto aos índios.

Hoje, porém, por toda a América Latina, centenas de povos indígenas buscam recuperar sua memória histórica, sua identidade étnica, seu território, e procuram também construir alianças com os lavradores e trabalhadores urbanos num esforço coletivo de libertação.

Estes movimentos de afirmação étnica, cultural e territorial e as alianças com os empobrecidos em quase todos os países, são um grande sinal de ressurreição dos povos indígenas neste continente.

O CIMI e diversas entidades de pastoral indigenista da América Latina acompanham e se engajam para animar este processo, no intuito de colaborar com os povos indígenas, para que possam, como sujeitos da sua própria história, reler e recordar esta mesma história a partir da sua vivência, que foi e é muito mais do que simples resistência, mas afirmação de um projeto integral de vida. Possam também, definitivamente, reconquistar, recriar e ter garantida a vida para a atual geração e para as gerações futuras.

#### 5- Diálogo religioso, uma perspectiva que se fortalece

Em sua recente Encíclica sobre "A validade permanente do mandato missionário", "REDEMPTORIS MISSIO", o Papa João Paulo II distingue três situações em que se realiza a missão da "Igreja, enviada por Cristo para manifestar e comunicar a caridade de Deus a todos os homens e povos":<sup>2</sup>

Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais, onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido (...). Esta é propriamente a missão ad gentes.

Aparecem, depois, - continua João Paulo II - as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais (...). Nessas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.

Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países da antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé (...). Neste caso, torna-se necessária uma 'nova evangelização' ou reevangelização.<sup>3</sup> É impossível enquadrar os povos indígenas exclusivamente numa ou noutra situação missionária descrita pelo Papa. A missão específica "ad gentes", entretanto, depois do Vaticano II é também uma situação de

1. T. Todorov, "A conquista da América: a questão do outro" São Paulo 1988, p. 129.

2. Decreto "Ad Gentes", 10

3. Carta Encíclica "Redemptoris Missio", 33

"diálogo religioso".<sup>1</sup> Neste sentido, os participantes da III Consulta Ecu-  
mênica Latino-americana de Pastoral Indigenista, realizada em São Pau-  
lo, em janeiro passado, atendendo reivindicações de representantes indí-  
genas presentes, comprometeram-se a trabalhar para que "as nossas Igre-  
jas reconheçam as religiões indígenas dentro de um clima de diálogo ecu-  
mênico e de respeito às diferenças"<sup>2</sup>. Historicamente, porém, e, de uma  
certa maneira até hoje, existe pouco diálogo da Igreja com os povos indí-  
genas. A cristandade e o sistema colonial não permitiram o diálogo, por  
que não permitiram alternativas. As grandes investigações do passado in-  
dígena, feitas no século XVI por religiosos como Bernardino de Sahagún,  
Toribio Motolinia e José de Acosta, poderiam abrir um diálogo. Mas, co-  
mo o próprio Sahagún afirma, tais investigações foram feitos como pesquisas  
de doenças para, em seguida, aplicar a medicina da religião cristã.

Hoje, em muitos setores da Igreja permanece ainda um certo des-  
interesse pela pastora indigenista. Muitos opinam que uma questão nu-  
mericamente tão insignificante como a questão indígena, não pode ser li-  
nha prioritária ou destaque para a ação pastoral de uma diocese, paró-  
quia ou congregação. Além da insignificância numérica - o que, sem dúvi-  
da, não é um critério evangélico - enfrentamos a insegurança das comuni-  
dades, dos agentes e pastores frente aos desafios sócio-culturais e pas-  
torais da causa indígena. Temos pouco experiência histórica numa missão  
dialogal "ad gentes".

#### 6- A Evangelização de culturas específicas

Na verdade, estamos ainda longe de assumir qualquer "parcela de  
bondade e beleza que enriquece a índole e o gênio de cada um"<sup>3</sup> dos po-  
vos indígenas, como escrevia o Papa Pio XII na pouco lembrada ou citada  
Encíclica "EVANGELII PRAECONES" de junho de 1951. Pio XII lembra aí dois  
princípios importantes da antiga evangelização:

- primeiro, a Igreja "não procede como quem corta, lança por terra e ex-  
termina uma floresta luxuriante, mas sim como quem exorta árvores";<sup>4</sup>  
- e o segundo: a Igreja "não desprezou nem lançou fora as doutrinas dos  
pagãos, mas, pelo contrário, purificou-as (...). Assim fez também com as  
artes e a cultura (...): recebeu-as acolhedora (...). Os costumes parti-  
culares dos povos não os reprimiu violentamente nem as suas institui-  
ções tradicionais, mas tudo santificou".<sup>5</sup>

O que Pio XII há quarenta anos descreve com palavras tão belas  
e apropriadas, são parâmetros e critérios sempre válidos para toda Evan-  
gelização. Infelizmente, porém, a história da evangelização e as circuns-  
tâncias em que ela se realizou ao longo dos séculos não são sempre pro-  
vas de observância destes princípios. Na prática missionária destes 500  
anos, não foi exatamente o contrário que fizemos? Em vez de enxertar o  
Evangelho nas culturas indígenas, enxertamos os povos indígenas numa  
Igreja supostamente universal, destruindo-lhes sua identidade de povos  
distintos com, às vezes, milenares culturas específicas.

Recentemente muito se fala e se escreve em nossa Igreja sobre  
a "evangelização das culturas". Definitivamente não existe uma evangeli-  
zação fora ou além ou acima das culturas como se os destinatários do Evan-  
gelho se encontrassem em condições assépticas ou de "tabula rasa". Quan-  
do falamos de "evangelização das culturas" muitas vezes não nos damos  
conta de que evangelizamos uma determinada cultura a partir de outra cul-  
tura. Mas, quem e o que nos dá o direito de evangelizar as culturas dos  
povos indígenas a partir de uma outra cultura, geralmente proveniente  
da sociedade dominante? É bem verdade que a Igreja Romana não tem culpa  
que o seu substrato cultural, a cultura ocidental, européia, se tornou  
a cultura dominante deste mundo. Agora nós, como pastores, que segundo  
João paulo II temos "a responsabilidade de discernimento e de estimu-  
lo"<sup>6</sup> na realização da inculturação, não somos pastores em um contexto

1. Cf. Declaração "Nostra Aetate", nº 2

2. III Consulta Ecumênica Latino-Americana de Pastoral Indigenista, São  
Paulo, 18 a 23 de janeiro de 1991, "Declaração de São Paulo" 23.02.91

3. Carta Encíclica "Evangelii Praecones", 55

4. Carta Encíclica "Evangelii Praecones", 55

5. Carta Encíclica "Evangelii Praecones", 57

6. Carta Encíclica "Redemptoris Missio", 52



cultural europeu, mas pastores do chamado Terceiro Mundo, pastores da América Latina, pastores de algumas centenas de povos indígenas com suas culturas diferenciadas, pastores, enfim, de povos não só socialmente, mas também culturalmente oprimidos.

Por isso acho feliz o paradigma do "enxerto" de Pio XII, porque nos incentiva, particularmente na pastoral indigenista, a aceitar as mediações culturais dos povos indígenas, não como folclore ou florilégio, mas como raiz e tronco da Evangelização. Para enxertar o Evangelho entre os povos indígenas não precisamos arrancar a árvore dos seus costumes, nem cortar a raiz do seu passado. Pelo contrário, desta raiz, e só desta raiz brotará a Igreja com rosto indígena, uma Igreja com identidade própria no conjunto da Igreja universal.

Vejo nesta inversão metodológica de enxertar os povos indígenas na Igreja que tem como substrato a cultura dominante, em vez de enxertar o Evangelho nas culturas indígenas, a causa por que até hoje não surgiu uma Igreja indígena, com ministérios próprios, com símbolos e sinais enraizados nas culturas específicas e com uma teologia ancorada na tradição histórica e teológica destes povos.<sup>1</sup>

Quando a unidade simbólica é expressão de uma centralização administrativa, sem correspondência ao chão cultural diversificado das nossas comunidades, os símbolos e sinais escondem mais do que revelam. É o clima favorável para o sincretismo. A inculturação, que não deixa de exigir um certo pluralismo pentecostal, é o fim do sincretismo. Já que não podemos viver o Evangelho sem mediações culturais, a monocultura sempre revela um sincretismo latente e uma cultura dominante.

A verdadeira inculturação - o enxerto do Evangelho nas culturas indígenas - é um imperativo antropológico e um indicativo teológico estreitamente ligado ao mistério da Encarnação. "Como Cristo, por sua encarnação se ligou às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu, assim deve a Igreja inserir-se em todas essas sociedades, para que a todas possa oferecer o mistério da salvação e a vida trazida por Deus" nos ensina "Ad Gentes".<sup>2</sup> Puebla, citando Santo Ireneu, afirma a mesma verdade em outras palavras: "O que não é assumido não é redimido".<sup>3</sup> O problema da inculturação, portanto, não é de ordem teológica. É de ordem prática e conjuntural. Está na hora de crescer entre nós a consciência de que todos - mesmo depois da opção preferencial pelos pobres - continuamos prisioneiros da cultura dominante. Por isso, a questão da inculturação não é um problema particular da pastoral indigenista. Creio que é um problema de toda a Igreja. Segundo a "EVANGELII NUNTIANDI" há no mundo inteiro hoje uma "ruptura entre o Evangelho e a cultura", e isso, avalia o Papa Paulo VI, é "sem dúvida o drama da nossa época".<sup>4</sup>

O CIMI destacou-se na defesa da terra e dos direitos dos povos indígenas. Nestas lutas vivemos a gratuidade e a Páscoa. Não temos direito de fazer cobranças aos povos indígenas. Desvinculamos a nossa presença de pressões corporativistas, incompatíveis com a dignidade do Evangelho. Ao mesmo tempo temos plena consciência de que a luta pela sobrevivência e pela vida em plenitude das comunidades indígenas recebe a sua consistência do campo religioso-cultural.

7--Santo Domingo: a esperança da opção também pelo "outro".

Da IV Conferência do CELAM, em Santo Domingo no ano de 1992, esperamos, depois da opção preferencial pelos pobres em Medellín e Puebla, a opção pelo "outro" com suas diferenças culturais e históricas. "Reconhecemos que somos países pluriétnicos e pluriculturais, capazes de plasmar o Evangelho em comunidades originais" declaram os participantes da reunião de Ypacarai, convocada pelo CELAM em agosto de 1990. Declarações como esta exigem respostas pastorais concretas e, por isso, devem ser aprovadas em Santo Domingo na busca da "nova Evangelização" que o Papa João Paulo II entende como "nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão".<sup>5</sup> É aliás, desejo dos povos indígenas, diversas vezes já mani-

1. cf. Paulo VI, Exortação Apostólica "Evangelii Nuntiandi", 63

2. Decreto "Ad Gentes", 10

3. Documento de Puebla, nº 400

4. Exortação Apostólica "Evangelii Nuntiandi", 20

5. João Paulo II, por ocasião da 19ª Assembléia Geral do CELAM, 9 de março de 1983, Forto-Príncipe, Haiti

festado, que os bispos reunidos em Santo Domingo, "ouçam diretamente os índios que representarão seus povos".<sup>1</sup>

Puebla afirma que a situação de extrema pobreza de crianças e anciãos, de indígenas e afro-americanos, de camponeses, operários sofrendores e marginalizados amontoados em nossas cidades "reconhecemos as feições de Cristo".<sup>2</sup> Santo Domingo há de nos ajudar a articular o plano da redenção com o plano da criação. O povo que sofre, não perde a sua identidade. Esta identidade se manifesta numa grande diversidade. A diversidade, porém, não é expressão da confusão de Babel, mas é dom e graça pentecostal. Ao fazer uma opção pela diversidade cultural e ao abrir espaços institucionais para esta diversidade, abrimos as portas para a atuação do Espírito Santo que "é protagonista de toda a missão eclesial",<sup>3</sup> protagonista por ser Pai dos pobres e Irmão dos outros.

## CONCLUSÃO

Não posso deixar neste momento de expressar minha gratidão às pessoas que formam o CIMI, missionários, assessores, religiosos e leigos, que se dedicam aos diversos níveis e setores do CIMI e de elogiar seu empenho: o Secretariado Nacional e as Coordenações regionais, a assessoria teológica e de inculturação por sua ajuda na reflexão sobre o nosso engajamento, expressão de nossa fé em Cristo e seu Evangelho, a assessoria jurídica na incassável defesa da terra indígena e no acompanhamento de tantos povos indígenas na luta por seus direitos, a equipe do PORANTIM e assessoria de imprensa na veiculação de notícias e sensibilização da sociedade envolvente, os serviços de saúde e educação abnegados e generosos, a articulação de contatos e encontros e o apoio às organizações e iniciativas indígenas, o trabalho silencioso e continuado de tantos missionários que convivem no dia-a-dia com as diversas comunidades indígenas em todo o país. A dedicação destas pessoas está ligada a um grande esforço de atualização, tantas vezes enfrentando a oposição acirrada de representantes governamentais e nem sempre contando com a compreensão e o apoio das Igrejas Locais. Os missionários, no entanto, desejam e esperam um diálogo permanente e cada vez mais aprofundado com os bispos, em cujas dioceses desenvolvem seu trabalho pastoral.

Para finalizar, gostaria de agradecer o integral apoio e a irrestrita solidariedade que recebemos ao longo destes oito anos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de sua Presidência, da Comissão Episcopal de Pastoral, de seus assessores e membros. Essa solidariedade sempre deu-nos força e coragem para levar adiante o nosso trabalho. Devo registrar com especial carinho, o apoio pessoal que tivemos de Dom Luciano Mendes de Almeida, particularmente nas horas mais difíceis e dolorosas de nossa missão. Convicto da justeza da Causa Indígena, Dom Luciano nunca mediu esforços na intransigente defesa da vida dos índios, continuamente ameaçada, e sempre incentivou nossa ação pastoral em favor destes povos.

"A característica de qualquer vida missionária autêntica é a alegria interior que vem da fé". Com estas palavras conclui o Papa João Paulo II a Encíclica "REDEMPTORIS MISSIO" e acrescenta: "Num mundo angustiado e oprimido por tantos problemas, que tende ao pessimismo, o proclamador da 'Boa-Nova' deve ser uma pessoa que encontrou, em Cristo, a verdadeira esperança".<sup>4</sup> Que este Cristo, ressuscitado, nos conceda com a esperança, também a audácia de enfrentar os desafios atuais e futuros, Ele que tem, segundo Bartolomé de Las Casas "do mais esquecido e do mais pequeno a memória bem viva".

Altimira, 31 de março de 1991  
Páscoa da Ressurreição

+ Erwin Krautler

Bispo do Xingu  
Presidente do CIMI

1. III Consulta Ecumênica Latino-Americana de Pastoral Indigenista, São Paulo, 18 a 23 de janeiro de 1991, "Declaração de São Paulo", 23.01.91
2. Documento de Puebla, 31 - 39
3. Carta Encíclica "Redemptoris Missio", 21
4. Carta Cincíclica "Redemptoris Missio", 91